

ESPERANTINA - Documento assinado por José Dantas solicita a conclusão fim de caso envolvendo prefeito

Tranvanvan recebe pedido de agilização de inquérito

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
REPÓRTER

Em petição entregue sexta-feira última ao Procurador da República no Piauí, Tranvanvan Feitosa, é pedida a conclusão do inquérito policial que apura desvio de verbas na Maternidade de Esperantina e agilidade na punição dos responsáveis, entre os quais, o prefeito José Ivaldo Franco. O documento é assinado pelo advogado José Arimatéia Dantas, o lavrador Manoel Luiz Pereira, a Maria Helena Teles, presidente do PT, e Maria da Conceição Carvalho do Nascimento Mourão, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município.

Na petição, os denunciadores alegam que o processo já faz dois anos e a sociedade esperantinense necessita de uma resposta do Estado que justifique a demora de mais de 700 dias sem conclusão do inquérito e o risco de ser prescrito.

Pelos relatos expostos no documento, a comunidade de Esperantina por meio de alguns vereadores, em janeiro de 2000, denunciou várias irregularidades no tocante ao emprego de verbas federais na construção da Maternidade local, apontando como um dos principais responsáveis o atual prefeito José Ivaldo. Na época, o requerente Arimatéia Dantas e outros apresentaram relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE) comprovando as denúncias frente a

tal iniciativa, ocasionando abertura de inquérito policial com o nº 23/2000.

O motivo de requerer ao Procurador da República agilidade no inquérito, segundo os denunciadores, é devido ao fato de se transcorrerem mais de 24 meses e ainda nada de conclusão. "Considerando que os desvios das verbas ocorreram em 1994 e já estamos em 2001 e, ainda, em fase de inquérito", argumenta Arimatéia Dantas.

Ainda na petição é relatado que, em agosto de 2001, o peticionante Arimatéia Dantas encaminhou ofício à Procuradoria notificando a inquéstação social com a demora da conclusão do inquérito policial. "Sabe-se que há muito trabalho investigativo na Polícia Federal, contudo, não conseguimos o mais breve possível", cobra Arimatéia Dantas.

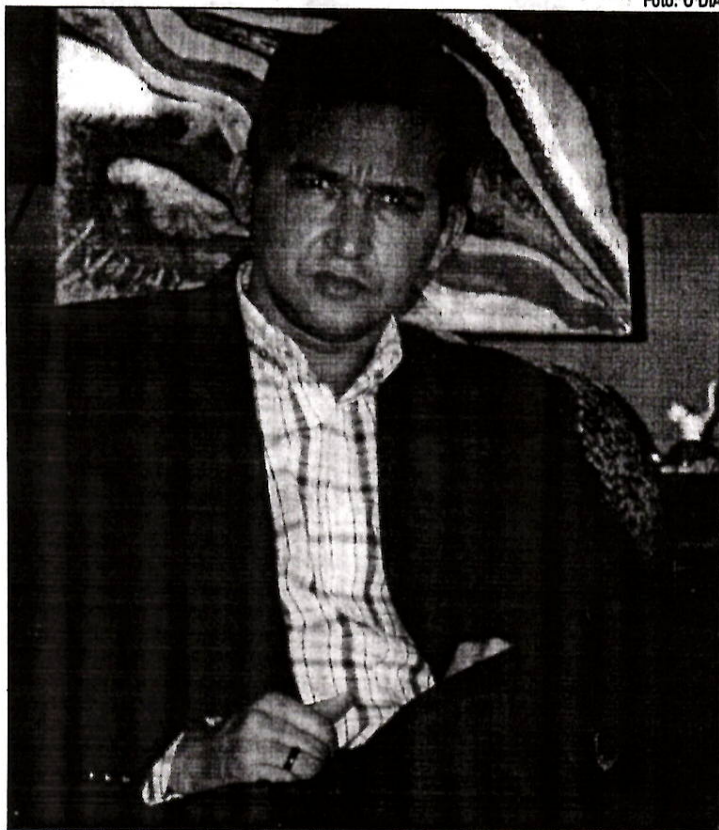


Foto: O DIA

ARIMATÉIA, em documento, pede punição aos culpados

Sociedade começa uma campanha pela moralidade no município

Na conclusão do documento, os denunciadores alegam que a sociedade esperantinense iniciou uma campanha a nível nacional em defesa da maternidade e pela punição dos culpados. A petição entregue ao Procurador da República, segundo eles, faz parte dos encami-

nhamentos tomados e, dentre eles, denúncia à CPI das obras inacabadas à Corregedoria Geral da União, Ministério da Saúde, entre outros. "Mais de duas centenas de cartas serão encaminhadas por cidadãos aos órgãos competentes requerendo punição e o funcionamento da

Maternidade", finalizam o documento.

A reportagem de O DIA tentou localizar o prefeito de Esperantina, José Ivaldo Franco (PSDB), por telefone para ouvir a sua versão sobre o assunto, mas infelizmente em nenhuma tentativa foi possível. (LCO).